

- XCV -**O PENSAMENTO EM TEMPOS DE INTERESSE: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL****Gabriela Venturini**

Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos

venturinigabii@gmail.com

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar os documentos nacionais que hoje regem a Educação Infantil no Brasil: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2013) e Base Nacional Comum Curricular (2018), a fim de verificar como os conceitos de interesse e pensamento são tratados nestes documentos e que discursos acerca destes dois conceitos estão sendo operados.

O estudo parte de uma perspectiva pós-estruturalista em educação e foi baseado nos estudos de Walter Kohan (2009) acerca do pensamento e nas pesquisas de Maria Isabel Bujes (2002) e Dora Marín Díaz (2009) sobre o discurso do interesse infantil. Para Kohan o pensar é entendido como potência, como força que nos permite fazer algo com a vida, um pensar problematizador da moral. O estudo também contou com um desejo muito particular: o de que a Educação Infantil poderia proporcionar espaços para o acontecimento do pensamento nas escolas, para que este pensamento se desse de maneira mais vital e mais filosófica dentro da perspectiva de Kohan.

Justificamos nossa escolha por estes documentos, pois regem as práticas da Educação Infantil e constituem-se como políticas importantes para a educação no país. Desse modo, tomamos as políticas públicas educacionais como políticas implantadas que buscam atender a algumas demandas sociais e que dizem respeito à educação escolar e temáticas educativas. Isso significa dizer que não são neutras, pois são resultados de diferentes relações de poder e saber sempre em disputa.

Assim, pode-se compreender que os três documentos escolhidos são fruto de diferentes perspectivas, valoração dos valores, passando por diversos governos, a partir de diferentes olhares e de seus tempos. Desta forma, coube a esta pesquisa perceber os discursos

que emergem e que atravessam cada um, pois possuem modos de ditar um tipo fazer educacional, um sujeito educacional, trazendo concepções de infância, pensamento e interesse. Portanto, olhamos para eles, buscando as regularidades e os descolamentos discursivos.

Sendo assim, faz-se importante alguma contextualização sobre a Educação Infantil no Ocidente, cuja construção histórica foi baseada em autores muito importantes como Comenius, Rousseau, Kant, Pestalozzi, Fröebel, Dewey, Freinet Piaget, Vygotsky, Malaguzzi, entre outros, em que o pensar esteve muito interligado ao ato cognitivo de aprender e de resolver problemas e conflitos. Portanto, buscamos subsídios que tragam o conceito de pensar que a pesquisa opera, lidando principalmente com o pensamento da diferença, operado por autores como Foucault, Kohan, Larrosa, López, Bujes, Marin Díaz e Dornelles.

Unindo as várias facetas que defendemos até agora sobre o quanto o pensamento pode ser mais potente dentro de uma escola, evidenciando seu elo com a vida e não com uma listagem de conteúdos ou competências é que o problema de pesquisa dessa investigação constitui-se: de que modos o pensamento é descrito nos documentos que regem a educação infantil no Brasil e quais suas implicações para a relação entre infância e pensamento?

Pautadas no problema, algumas questões de pesquisa se colocaram: de que modos os discursos do interesse estão operando na Educação Infantil, em se tratando da relação entre as crianças e o pensamento? Como as políticas públicas operam com o pensamento das crianças nos documentos? Com esses questionamentos, problematizamos a maneira como enxergamos e como tomamos como tão naturais os discursos que sentenciam para a criança, que hoje está nas escolas de Educação Infantil, modos de ser, estar e agir no mundo. Modos também ditos por Dornelles (2008, p. 15) como “naturais e normais” da criança e que, quando não seguidos, tornam a criança “anormal”.

Desta forma, a análise mostrou algumas regularidades e deslocamentos. De modo geral, por serem documentos cuja construção teórica foi a mesma (Pedagogia da Infância) suas ideias conversavam e os documentos mostravam certo complemento, principalmente das DCNEI para a BNCC. Nestes dois últimos documentos pode-se perceber uma ideia muito linear, a qual é iniciada e enraizada nas DCNEI e depois é bastante difundida na BNCC.

Alguns discursos foram encontrados com muita força nos documentos: o discurso do interesse infantil como natural da criança, o discurso do aprender a aprender, o discurso do pensamento como reconhecimento e o discurso da criança como centralidade em todo processo educativo, ou seja, a criança protagonista. Neste âmbito, o conceito de interesse foi

mais encontrado nos documentos do que o conceito do pensamento. Assim, o interesse retratado nos documentos parte da premissa de que ele deve é natural da criança, a partir do qual devem partir os projetos das escolas. Ou seja, o interesse é visto como comum, natural e cristalizado dado na identidade das crianças.

Já o pensamento foi pouco encontrado, uma vez que o pensamento filosófico com o qual a pesquisa opera é um conceito diferente do pensamento reflexivo com o qual os documentos operam. O pensamento, nos documentos, foi apresentado como um ato cognitivo da criança, como uma habilidade a ser desenvolvida e como separado por séries/níveis.

Desta forma, a pesquisa permitiu conhecer estes documentos focando o quanto o exercício do pensamento não é uma centralidade nesse discurso neoliberal que atravessa a base e que reduz essa discussão para o nível de habilidades e competência, sendo o interesse um grande operador das práticas pedagógicas na educação infantil, produzindo essa infância protagonista e empreendedora.

Tais discursos nos permitem entender como as infâncias são produzidas, atravessadas e são implicadas nesses documentos no presente. Outrossim, compreende-se o quanto as crianças e as pessoas que operam nas escolas infantis são subjetivadas a partir destes discursos, produzindo assim maneiras de ser e de estar na escola e no mundo. Como enfatizou Foucault: nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso. Por isso, faz-se importante uma problematização da centralidade no enunciado do interesse marcando as políticas de educação infantil no Brasil contemporaneamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf>. Acesso 20 de set. 2017.>

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso 20 set. 2017>

BUJES, Maria Isabel. Infância e Maquinarias. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 305f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CAMBI, Franco. A história da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Vozes, 1991.

_____. Filosofia: O paradoxo de aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber. Porto Alegre: Vozes, 2008.

LÓPEZ, Maximiliano Valério. Acontecimento e experiência no trabalho filosófico com crianças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MARÍN-DÍAZ; Dora Lilia. Infâncias: discussões contemporâneas, saber pedagógico e governamentalidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1998.